

O EMBATE PELO CONTROLE DA MEMÓRIA TRAUMÁTICA BRASILEIRA

WAINBERG, Jacques Alkalai

Doutor

PUC-Rio

jacqalwa@puccr.br

RESUMO

O objetivo geral deste estudo é analisar a natureza do embate comunicacional que está sendo levado a cabo no Brasil pelas forças remanescentes do confronto político e ideológico dos anos 60. Seu objetivo específico é verificar a natureza dos traços de memória que perduraram no tempo a partir da narrativa jornalística daquele período. Livros de memória, artigos e debates públicos desejam agora influenciar a interpretação dos fatos descritos nos assépticos livros de história. O tema envolve a compreensão do fenômeno mais amplo da construção da memória coletiva, especialmente nos casos em que o evento histórico é dissonante e traumático. Fazem-se aqui dois tipos de levantamentos. O primeiro diz respeito ao exame quantitativo da produção editorial e cinematográfica que trata desta temática ao longo do tempo. O segundo descreve a narrativa produzida pela revista *Veja* em sua cobertura dos eventos no período de 25/9/1968 a 13/10/93. Este estudo mostra que é possível documentar a continuidade da vida psíquica entre as gerações.

Palavras-chave: Memória coletiva. Ditadura brasileira. Construção da história.

1

Cabe assinalar que houve no Brasil um largo período de silêncio sobre os traumáticos eventos que marcaram as décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Este silêncio está agora sendo rompido. O exame de uma amostra do acervo bibliográfico produzido sobre o golpe militar de 1964, as ações policiais de perseguição aos inimigos do regime, as ações militares e de terror levadas a cabo pelos militantes comunistas brasileiros, entre outras ocorrências, mostram que, no período de 1964 a outubro de 2009, houve um forte ponto de inflexão na produção de livros, teses e dissertações somente no ano 2000.

Amostra de obras publicadas no Brasil entre 1964 e 2009 sobre o período do regime militar brasileiro

Ano da Publicação	Número de obras editadas	Ano da Publicação	Número de obras editadas	Ano da Publicação	Número de obras editadas	Ano da Publicação	Número de obras editadas
1964-67	5	1970-71	2	1974	3	1975	1
1976	1	1977	1	1978	5	1979	4
1980/81	5	1983	1	1984	4	1985	5
1986	5	1987	1	1988	4	1989	4
1990	2	1991/92	3	1993	1	1994	9
1995	4	1996	3	1997	9	1998	7
1999	9	2000	25	2001	32	2002	25
2003	25	2004	36	2005	17	2006	31
2007	28	2008	30	2009	10	Total	347

Fonte: Esta amostra foi obtida no exame dos acervos de UFRGS, PUCRS, USP, UFRJ, Biblioteca Nacional, Livraria Cultura, Banco de Teses e Dissertações, listas disponíveis na internet e bancos de dados variados consultados através da Busca Rápida com base nos termos: ditadura brasileira, golpe militar, golpe de 1964, revolução de 1964, comunismo brasileiro.

Ou seja, foram necessários 15 anos de relativo silêncio desde o início da redemocratização do país em 1985 para que os autores passassem finalmente a examinar com mais intensidade as experiências traumáticas do passado. O acervo total de artigos, teses, dissertações e livros publicados no Brasil sobre o assunto entre 1971 e

2000 totalizam 1.041 referências, sendo 205 teses de doutorado e dissertações de mestrado realizadas no Brasil e nove no exterior, segundo o banco de dados constituído pelo Grupo de Estudos sobre a Ditadura da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Já o exame realizado na amostra acima apresentada de 347 obras (livros, dissertações e teses) publicadas desde 1964 até 2009, sobre esta mesma temática, mostra que a vasta maioria dos autores envolvidos neste estudo e debate sobre aquela experiência é brasileira. Nesta relação estão presentes somente doze estrangeiros. O seu tom é dado massivamente pela ótica da esquerda que descreve os acontecimentos de 1964 como um golpe, o regime instalado pelos militares como uma ditadura e sua luta militar como sendo em favor da redemocratização do país.

Uma parte dos autores destas obras é de personagens que estiveram eles próprios engajados nos acontecimentos. Ou seja, as intervenções têm um caráter também militante, testemunhal, ensaístico e de denúncia. Exemplos típicos deste tipo de obra são os livros *O que é isso companheiro* (Fernando Gabeira, 1979), *Os Carbonários - memórias da guerrilha perdida* (Alfredo Sirkis, 1981) e *Camarim de Prisioneiro* (Alex Polari de Alverga, 1980). No lado oficial apareceram a seu tempo obras similares de memória. Destacam-se as escritas por Luís Vianna Filho, chefe da Casa Civil de Castelo Branco; por Daniel Krieger, líder do governo no Senado, e de Jayme Portella de Mello e Hugo Abreu, chefes do gabinete militar. A defesa dos militares e da revolução, de seus propósitos anticomunistas e a denúncia que estes protagonistas costumam fazer da ação subversiva e terrorista dos grupos de esquerda são, no entanto, marginais naquele acervo de 347 referências.

Segundo Cunha (2008), mesmo a produção ficcional do período revela a inconformidade dos autores com a realidade do país no período da ditadura. A teledramaturgia tratou pouco desta temática. Somente duas minisséries foram produzidas pela TV Globo desde 1964 até hoje envolvendo o assunto. A primeira - *Anos Rebeldes* - foi transmitida em 20 capítulos entre 14/07/1992 e 14/08/1992. Foi baseada no livro *1968, o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura, e *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis. A segunda, *Queridos Amigos* - veiculada em 25 capítulos no período de 18/02/2008 a 28/02/2008 -, é uma adaptação feita pela própria autora, Maria Adelaide Amaral, de sua obra *Aos meus amigos*, publicada em 1992.

É compreensível a opção que estas minisséries têm feito de dar destaque a fatos históricos do passado mais distante, mesclando-os com tramas ficcionais que explicam o desenvolvimento do país aos brasileiros. É mais fácil tratar de temas consensuais e cuja polêmica ficou para trás. Não é o caso certamente dos acontecimentos do período do regime militar. A memória atual está menos envolvida

emocionalmente com os temas do período colonial, do regime Vargas e outros. Este desligamento das novas gerações com aquelas ocorrências libera os produtores a tratar daquelas temáticas mais livremente. Já as feridas dos eventos da história do regime militar estão abertas, e compreensivelmente a TV prefere campo menos minado para exercer sua criatividade.

O constrangimento pela situação de silêncio “imposto” na bibliografia e em outras manifestações culturais aos vencedores (os militares) e da prevalência da versão dos derrotados (a esquerda) em 1964 tinha sido manifestada pelos simpatizantes do regime militar ainda nos anos 1980. Foi esta a razão que levou as Forças Armadas brasileiras a produzir sua versão dos fatos numa obra de 953 páginas, mas que não seria publicada por editora comercial alguma do país. Visava dar uma resposta ao livro *Brasil: nunca mais*, publicado pela Arquidiocese de São Paulo, com relatos de tortura e assassinato de presos políticos ocorridos durante o regime militar. Denominada de Projeto ORVIL (livro ao contrário), permaneceu durante largo período como documento sigiloso por imposição do ministro do Exército do governo Sarney, Leônidas Pires Gonçalves, que impediu sua publicação em 1988. A obra acabaria sendo postada na internet por simpatizantes do regime militar desgostosos pelo descaso da opinião pública com sua interpretação dos acontecimentos daquele tempo. Ela tem servido também como contraponto ao livro *Direito à Memória e à Verdade*, publicado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.¹ Esta obra, que estava em preparação desde o governo Fernando Henrique Cardoso e que foi finalmente divulgada no governo de Luis Inácio Lula da Silva, lista 400 casos de tortura e assassinatos cometidos pelo Estado brasileiro no período da ditadura militar

Por sua vez, em ORVIL são apresentados relatos, documentos, fotografias e depoimentos visando denunciar a ação do movimento comunista no Brasil, ou seja, ações que resultaram em assassinatos, assaltos e sequestros praticados por militantes da esquerda. Esta publicação dos simpatizantes do regime militar tinha sido batizada de *Livro negro do terrorismo no Brasil*. Já em 2000, integrantes do grupo Terrorismo Nunca Mais (Ternuma) tinham divulgado 40 de suas páginas na internet. Era uma reação que refletia o referido estado de espírito de desgosto pelo descaso público à ação dos militares e civis revoltosos nos anos 1960.

Aos olhos desta facção de antigos apoiadores do governo militar, o que a esquerda buscava em 2009 era na verdade um acerto de contas. O porta-voz da posição da esquerda foi o ministro da Justiça, Tarso Genro, ele próprio um ex-militante que exigia agora o julgamento de antigos torturadores do regime militar. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, lhe fez oposição, advogando o *status quo*, defendendo os termos

da Lei da Anistia que perdoou tanto os crimes cometidos pelos opositores ao regime militar como os praticados por policiais e militares que o defenderam.

Os porta-vozes do antigo regime dizem que os derrotados trocaram as armas pelas palavras, fazendo questão de não deixar cicatrizar as feridas. Tal interpretação é definida pelos revolucionários dos anos 1960 e por seus simpatizantes como capciosa, que inverte e deturpa os acontecimentos, enaltecendo os terroristas, falseando a história, achincalhando as Forças Armadas e expondo à execração pública os que lutaram contra a subversão e o terrorismo em defesa da Nação e do Estado.

Celebrações, memoriais, ações legais e os embates públicos veiculados através da mídia que discutem os termos da Lei da Anistia e que apoiam as reparações oferecidas pelo Estado brasileiro aos antigos ativistas de grupamentos políticos de oposição ao regime militar são outras iniciativas deste processo que visa em última instância acelerar a superação da amnésia coletiva brasileira do período. No centro da controvérsia atual está o significado legal e moral da Lei da Anistia que concede reparação somente aos perseguidos do regime enquanto desampara as vítimas da esquerda.

2 A REPUTAÇÃO EM JOGO

Entre as ocorrências traumáticas que atormentam e perseguem a reputação dos militares e de seus apoiadores estão ações como o golpe contra o regime de João Goulart, o enquadramento de 12.752 pessoas na Lei de Segurança Nacional, o exílio de aproximadamente 10 mil pessoas, o afastamento por razões políticas de 2.958 servidores civis e 2.757 militares, a tortura praticada contra opositores, a censura da imprensa e da produção cultural, a cassação de mandatos políticos, o assassinato de inimigos, as leis de exceção e o sumiço de corpos de 144 perseguidos.

Por outro lado, ações como assaltos a banco, “justiçamentos” (assassinatos de companheiros), sequestro de diplomatas, explosões de bombas e homicídios praticados por grupos como a Ação Libertadora Nacional, a Vanguarda Popular Revolucionária, o Movimento Revolucionário Oito de Outubro, a VAR/Palmares e o PC do B maculam a memória dos comunistas e de outros que lutaram contra o regime militar tentando forjar no Brasil um sistema político cuja coloração era marxista-leninista ora ao estilo soviético, ora ao cubano, chinês e albanês. Tais ações incluíram também ações de guerrilha organizadas na região do Bico do Papagaio, na divisa dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, onde o PC do B montou uma base a partir de 1966, que reuniu inicialmente 15 pessoas acrescidas de outras 60 que chegaram mais tarde, alguns

treinados na China. Segundo o partido, esperava-se que estes jovens fossem o embrião de um “Exército Popular” que se estenderia por outras regiões do país.

No entanto, parecem predominar na memória traumática do brasileiro atual, mais do que qualquer outra ocorrência, os fantasmas da tortura policial praticada pelos defensores do regime militar aos dissidentes. Também a recordação do exílio forçado, da cassação de mandatos políticos, da expulsão de pessoas variadas de seus postos de trabalho e da censura à imprensa são ocorrências coadjuvantes à dor e ao sofrimento das vítimas aprisionadas pelo DEOPS.

Cabe realçar uma vez mais, foi a tortura e o assassinato praticados pelos agentes do Estado que desmoralizaram os objetivos revolucionários dos militares brasileiros. Foram estes crimes que apressaram o fim do regime e que motivaram a repulsa de círculos civis liberais que tinham apoiado o golpe contra o governo de João Goulart. Mesmo a imprensa, que também apoiara o golpe, opôs-se aos militares que perdiam prestígio a cada crime cometido. Essa reputação foi abalada de tal forma que os atuais intérpretes da história recente do país não estão dispostos a ouvir qualquer lamento originário dos quartéis. Mostram-se também indispostos a contemplar em suas análises qualquer elemento que tente justificar o golpe e a luta contra o comunismo naquele período. O mal agora tem uma cara, e esta é a do policial torturador. Tal reação emocional, embora insuficiente à compreensão histórica dos fatos, é o fator que ainda perdura e controla o clima da opinião pública do país.

É verdade que os simpatizantes remanescentes deste movimento cívico-militar têm feito um esforço para divulgar a sua versão dos fatos publicando na internet a lista dos nomes das pessoas assassinadas pela esquerda, denunciando a ação de religiosos e de intelectuais, entre outras iniciativas. No entanto, este tipo de manifestação tem sido em boa medida repellido pelos atuais intérpretes da realidade brasileira. Os exames vestibulares, por exemplo, têm desconsiderado em suas perguntas tópicos como o ambiente da guerra fria (que ajuda a explicar os acontecimentos brasileiros deste período) e as ações militares e de propaganda da esquerda.

Temas mais abordados nas questões dos vestibulares brasileiros sobre o período do regime militar.

Repressão policial e política	26%
Modelo econômico do regime militar	22%
Abertura política	19%
Resistência contra o regime militar	13%
Características do regime militar	10%
Campanhas das “Diretas Já” (1983-1984)	9%
O “milagre brasileiro” (1970-1973)	8%
O ato institucional n. 5 (A-15, 1968)	6%
O golpe de 1964	6%

A propaganda feita pelo regime 5%
Fonte: Anglo-Vestibulares

Também a cinematografia nacional precisou de um tempo de pausa para começar a processar os acontecimentos do golpe, da ditadura, da perseguição e do exílio. Na década de 1960, foram feitos quatro filmes longa-metragem para apresentação em salas de cinema sobre estes assuntos. Na década de 1970, somente um. Na década de 1980, 15 filmes foram produzidos. Na década seguinte, somente seis. Mas a partir de 2000, até 2007, foi produzido um total de 20 películas. Ao contrário da tendência observada em filmes estrangeiros recentes, como são os casos de *A Vida dos Outros*, *Adeus Lênin* e *O Grupo Baader Meinhof*, os cineastas brasileiros desconsideraram, nesta relação de 46 películas produzidas entre 1964 e 2007, uma reflexão e eventual crítica do tipo da aplicada na obra dos cineastas alemães, que visa desmascarar o comunismo, as pretensões revolucionárias da esquerda e de suas ações militares e de propaganda. Poder-se-ia argumentar, no entanto, que ambas as tradições - a alemã após a reunificação do país em 1989 e a brasileira após a abertura política em 1985 - têm em comum o desejo de denunciar o autoritarismo.

Na história oficial brasileira do período acabaria ressaltada esta marca da violência de Estado. Os crimes da esquerda revelados em 2009 em boa medida ainda permanecem no esquecimento. Eles não marcam com sua pegada a memória coletiva dos brasileiros. Por outro lado, a tentativa de rotular a ditadura brasileira de “branda” feita num editorial do jornal Folha de S. Paulo em 17 de fevereiro de 2009 lhe custou ampla polêmica e ataques de grupos variados na sociedade, que se sentiram injuriados com a tentativa do periódico de mostrar que a perseguição política realizada no país contra os opositores do regime militar foi menos assassina que a realizada em países como a Argentina, o Uruguai e no regime comunista atual de Cuba.

3 TRAÇO DE MEMÓRIA

Cabe assinalar que “traço de memória” é um resíduo e uma representação do que no evento é recordado. Na memória individual este traço contamina a subjetividade. Na social, está “localizado noutra lugar” (POOLE, 2008, p. 151), nos artefatos da memória, nos rituais e noutras práticas sociais, na retórica dos políticos, nos editoriais da imprensa e no discurso dos líderes de opinião. Tal materialidade da memória coletiva tem vigor persuasivo não só porque são “resíduos históricos, mas porque se referem a uma experiência comum dos membros do grupo” (POOLE, 2008, p. 151).

“Argumento que o papel da memória não é simplesmente nos fornecer um acesso cognitivo ao passado; é também oferecer uma rota através da qual a responsabilidade pelos eventos do passado é transmitida ao presente”, diz Ross Poole (2008, p. 152). O aspecto dramático é que estas marcas de identidade são adquiridas pelas novas gerações através da aculturação, educação e interação social. Desta forma a memória coletiva torna-se patrimônio de todos. Portanto, tem uma função social grave. É evidente que esta apresentação do passado envolve, como dito, seleção, ordenação e hierarquia das ocorrências. Eventual análise crítica de um discurso social constituído em torno deste tipo de narrativa permite revelar os interesses e intenções deste tipo de elaboração.

Isso é fácil de apontar, por exemplo, na produção musical de resistência ao regime militar dos anos 1970. Sua intenção de protesto era evidente. No seio da Igreja Católica surgiu a produção de cantos inspirados na teologia da libertação. Seu conteúdo político é indisfarçável: fala dos pobres, dos índios, dos negros e dos marginais. Louva um Deus libertador, que está ao lado do oprimido e que exalta a união e a resistência popular.

4 AS JUSTIFICATIVAS MORAIS

Este contexto dos anos 1960 foi dramático por natureza. A luta pelo controle da memória visa desde então, em última instância, dominar o enquadramento da recordação das novas gerações sobre aquele tempo. Isso só é possível se algum grau de controle for exercido não só sobre o conteúdo dos filmes que encenam com heróis e bandidos aquela história, como também sobre os livros, sobre os monumentos, sobre as datas festivas, a produção jornalística e outras manifestações culturais que refletem sobre aquele tempo.

A mesma comunicação massiva utilizada para preparar e perpetuar o regime militar serve agora ao propósito de criticar e refletir sobre aquela época da ditadura. Editoriais célebres, como os publicados no Correio da Manhã e Jornal do Brasil, pediam um *Basta!* ao governo de João Goulart. Para alguns críticos, esta imprensa criou um clima de pânico divulgando de forma injusta o fantasma do comunismo que se aproximava dos brasileiros (ABREU, 2005). Neste embate de versões predomina hoje na mídia esta narrativa rebelde de esquerda.

Na versão da esquerda, o regime “democrático e popular” de João Goulart foi derrubado por um movimento que estabeleceu um governo autoritário e centralizador e que aplicou técnicas coercitivas que permitem classificá-las como de terrorismo de

Estado. Tornou-se claramente ditatorial ao promulgar o Ato Institucional Número 5 (AI-5), que fechou o Congresso Nacional, cassou os direitos políticos de centenas de legisladores, prefeitos e juizes, passando a torturar os opositores nos cárceres policiais do país. O período foi rotulado pelos opositores do regime como “Anos de Chumbo”.

No embate ambos os grupos apresentam hoje em suas publicações e manifestações justificativas morais para suas ações. Tentam difundir-las abertamente visando explicar as decisões que tomaram no confronto ideológico e militar. Trata-se de um esforço persuasivo que visa dominar em alguma medida a mente das novas gerações. Uma vez derrotados no mundo editorial e cinematográfico (que privilegia a temática da tortura desferida pelos militares, os assassinatos praticados pela polícia política, a fuga e o exílio dos opositores ao regime), os antigos simpatizantes do regime militar de 1964 migraram à infosfera. Nela eles militam intensamente recordando sem cessar as razões do golpe, em especial a subversão das instituições brasileiras pela ação dos comunistas e de seus aliados. Aproveitam para criticar militantes rotulados por eles como terroristas e que são responsabilizados pelo assassinato de 119 pessoas entre 1964 e 1974. Para os articulados neste lado da barricada, trata-se de um embuste a versão de que a esquerda lutava pela defesa da democracia.

É esta propriedade que explica por que ao lado da já referida obra *Direito à Memória e à Verdade* circula agora no país *A Verdade Sufocada, A História que a Esquerda Não Quer que o Brasil Conheça* de autoria do coronel Carlos Alberto Ustra (que comandou a unidade do DOI-Codi de São Paulo entre 1970 e 1974), com prefácio do general Raymundo Negrão Torres. Em sua quinta edição, a obra sofreu o boicote das livrarias e era vendida diretamente pelos autores e patrocinadores, especialmente através da internet. Agora está publicada pela editora SER. A pretensão é “desmitificar, destruir, desmontar e mandar pelos ares, ponto por ponto, as mentiras que, há 40 anos, vêm sendo apresentadas à Nação brasileira a respeito da Revolução de 31 de Março de 1964 e os seus desdobramentos”, conforme o site *A Verdade Sufocada*¹. Afirma que os verdadeiros objetivos da esquerda eram transformar o Brasil num “satélite do comunismo internacional, com a falácia de que lutaram contra uma ditadura militar para promover a liberdade e a democracia”.

Certamente, o debate público em torno do valor das reparações oferecidas aos antigos perseguidos e a eventual ilegalidade ou imoralidade da Lei da Anistia alimentaram também este novo embate entre as partes. Muitas das vítimas, seus familiares e apoiadores apostam agora no enquadramento das ações dos representantes do “ancien régime” na categoria de crime hediondo. Cabe assinalar ainda que, desde 2001 até agosto de 2009, foram indenizadas 31 mil vítimas da ditadura. O Estado

brasileiro tinha desembolsado até aquela data em pensões e indenizações um total de R\$ 2,6 bilhões (US\$ 1,4 bilhões).

5 FERIDAS ABERTAS

o Brasil, o ex-ministro Jarbas Passarinho² interveio neste debate. Afirmou que a tortura praticada pelo regime militar brasileiro não foi institucional, como usualmente ocorre com regimes totalitários. Distinguiu o sistema brasileiro dos que existiram na mesma época na Argentina, no Uruguai e no Chile, onde o número de desaparecidos foi muito maior. Disse ainda que a “anistia foi mútua” uma vez que os crimes ocorreram dos dois lados e que é necessário “esquecer”. Só assim as cicatrizes seriam curadas, e a reconciliação, permitida.

Em direção oposta a dos militantes da esquerda o Grupo Guararapes mantém viva no Brasil a militância nacionalista e anticomunista que mobilizou o movimento de 1964. Seu site é hoje instrumento de luta política que agrega as forças que exaltam o regime implantado em 1964. Nele o grupo se posiciona contra as tendências neopopulistas e neo-comunistas que se espalham agora pelo país e pela América Latina. Celebra a data de 31 de dezembro, reverencia os remanescentes do regime e intervém no debate histórico sobre o significado daqueles acontecimentos. Os integrantes do Grupo dizem ter lutado contra o totalitarismo de esquerda e explicam que a revolução demorou em se extinguir devido à necessidade de enfrentar a subversão e a luta armada, “intensificadas a partir de 1968 por organizações comuno-terroristas”. Justificam² os “recursos amargos (utilizados pelo regime) para impedir o país de mergulhar em prolongada guerrilha urbana e rural”, muito embora a meta fosse restabelecer a democracia plena.

A verdade é que no século XXI os acontecimentos dos anos 1960 não são para as novas gerações de brasileiros um tema de memória, mas de história. A luta contra o esquecimento envolve por isso amplo envolvimento dos grupos remanescentes daquele tempo de dor na disputa em torno das marcas que eventualmente restarão nos monumentos e das passagens que serão referidas nos livros de história.

Fico (2004) comenta sobre o interesse crescente das novas gerações pelo tema e a crescente publicação de obras sobre o assunto. Afirmo que “a explicação certamente fundamenta-se no fato de que velhos mitos e estereótipos estão sendo superados, graças tanto à pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto ao que poderíamos caracterizar como um 'desprendimento político' que o distanciamento histórico possibilita: tabus e ícones da esquerda vão sendo contestados sem que tais

críticas possam ser classificadas de 'reacionárias'" (FICO, 2004, p. 30).

Entre os tabus que estão quebrados estão afirmações "heréticas" como a de que os atores políticos do período, incluindo a esquerda, tinham pouco apreço pela democracia; o desenvolvimento de um olhar crítico do argumento de que a luta armada levada a cabo pela esquerda era de resistência democrática; e o destaque ao "perfil vacilante, a inabilidade e o possível golpismo de João Goulart, diferentemente do mito do presidente reformista vitimado por reacionários"(p.30) .

6 SISTEMA DE MEMÓRIA E NARRATIVAS

Fica claro que a memória coletiva envolve este tipo de arregimentação de forças de grupos sociais por vezes antagônicos que são obrigados a se enfrentar em disputas públicas. A preocupação dos mesmos está focada na formação de um sistema de memória que envolve não só uma bibliografia específica como também o estabelecimento de memoriais públicos variados que ajudam construir o senso comum sobre eventos traumáticos que dividiram certa comunidade. Tal esforço de construção de uma narrativa de senso comum tem servido também ao fim da consolidação das identidades nacionais. O caso da Alemanha é exemplo clássico. No fim do século XIX, período em que se forma o Estado alemão moderno, o número de monumentos e estátuas dedicados a figuras e personagens históricos cresceu de 18 em 1800 a mais de 800 em 1883 (ITO, 2002).

Ou seja, assim como uma pessoa, a nação é o que é capaz de recordar. Hoje certamente tal mídia da recordação é complexa e variada. Mas sua missão permanece constante: produzir um tipo de discurso capaz de "orquestrar a memória pública" (ITO, 2002, p. 20). No caso brasileiro sob análise, a relevância deste tipo de embate midiático está no fato de que, sendo vitoriosa, uma entre as duas narrativas que competem entre si para controlar a produção de sentido e significado das ocorrências traumáticas do período do regime militar brasileiro passará à condição de "meme", migrando qual um gene cultural entre as gerações.

Por isso mesmo há tanta comoção em torno de fatos desta natureza. O tom emotivo que caracteriza este tipo de confronto se explica porque tratar disso provoca nos interlocutores a sensação de que voltam a experimentar o pesadelo real. Na luta das palavras, os polemistas, como verdadeiros soldados de uma batalha, temem perder a luta. Sabem que a memória individual resulta desta influência social que já há bastante tempo Maurice Halbwachs salientou.

É o processo lento e irreversível da cristalização da memória coletiva que

explica também o interesse teórico pelo tipo de narrativa que a mídia jornalística veicula ao longo do tempo sobre tais ocorrências divisivas. Subjaz a convicção de que o ser humano entende o mundo através de histórias. Através delas busca significação e sentido para o ambiente no qual está inserido. As histórias estruturam o pensamento, mostram a conexão (relação de causa e efeito) entre as ocorrências e permitem entender o passado e organizar o futuro. Criam enfim mapas mentais que permitem enquadrar o novo no velho.

7 A REVISTA VEJA

Visando exemplificar e documentar o dito, é possível observar as características da narrativa jornalística sobre o regime militar produzida pela revista VEJA no período de 25/9/1968 a 13/10/93.³ Nela não há ornamentos de linguagens, nem desaforos panfletários. Ao contrário, o exame desta crônica revela os méritos do jornalismo em geral. Ou seja, a missão da imprensa é investigar, e seu valor se reflete na qualidade da informação oferecida ao público. Isso não significa que o esforço realizado seja asséptico. Tal narrativa, como qualquer discurso, enquadra os fatos, realça acontecimentos, escolhe palavras, e assim se posiciona politicamente.

Ao longo deste tempo fica claro que esta publicação não interveio no debate ideológico daquele tempo com slogans e gritos de ordens, mas com reportagem. Seu esforço foi o de contar com detalhes relevantes um drama. Por um largo período de tempo evitou falar de ditadura. Preferiu uma terminologia amena para referir-se ao novo sistema político do país - um regime de exceção que havia prometido se extinguir tão cedo quanto possível. VEJA cobrou em suas matérias esta promessa da Autoridade. Descreveu com detalhes os personagens, as decisões e a ideologia do novo regime, suas dúvidas e incertezas e lutas intestinas.

Outros atores privilegiados de suas matérias foram os grupos de militantes de esquerda. Após ampla discussão teórica sobre o conceito, rotulou estes jovens como terroristas. Ou seja, é visível a condenação da revista aos ataques realizados por eles com o objetivo explícito e declarado de transformar o país numa sociedade comunista. Ações como assaltos a bancos, os sequestros políticos e a guerrilha ganharam destaque nas edições da publicação. O tom de sua cobertura das ações da esquerda foi crítico. O mesmo ocorreu com a descrição e análise de VEJA da agitação estudantil. Apresentou ao país o perfil dos líderes militares e de seus opositores, entre eles Marighela, Lamarca, José Dirceu, entre outros. Em ambos os casos analisou estratégias, comportamentos, alianças e incertezas. Como dito, esta história foi contada em detalhes. É verdade que em certos episódios VEJA não resistiu à tentação de apresentar

sua opinião às claras. Em certo momento passou a chamar o regime de ditadura. Denunciou a tortura com pesquisa histórica e reportagem, contemplando o ponto de vista das vítimas.

Denunciou também a subversão, o sequestro político e a guerrilha, justificando o esforço da Autoridade no seu combate. Por outro lado, apontou a contradição entre a lei e o arbítrio. Descreveu ainda a dor do exílio mostrando a rotina dos refugiados, o clima de desânimo, o seu estado de abandono e as dificuldades que enfrentavam para sobreviver. Mostrou ainda os impasses políticos refletidos num Congresso radicalizado e num Judiciário desmoralizado. Com alguma ironia e sarcasmo, descreve com detalhe o rígido protocolo dos rituais de posse dos novos generais-presidentes. Finalmente, além de advogar a causa da Anistia Ampla e Irrestrita, fez julgamento de valor das injustiças cometidas pelo regime militar. A irritação da publicação é especialmente veemente no episódio do assassinato de Vladimir Herzog (edição de 1 de novembro de 1978).

Como cabe ao jornalismo, nesta narrativa predominaram mais os fatos. São os fatos - as escolhas estratégicas dos atores no campo militar e político - que desmascaram as palavras. Predominou nesta narrativa sempre a esperança da redemocratização, sempre a crítica ao terror policial, sempre a denúncia da violência da esquerda. VEJA perfilou os líderes de ambos os lados do confronto e apontou suas responsabilidades no desenrolar deste drama brasileiro.

Uma análise deste tipo, em retrospectiva, ajuda revelar o papel que a mídia jornalística acaba tendo sobre os traços de memória que irão perdurar no tempo. No caso, fica clara a natureza do trauma social que prevaleceu no Brasil. Ele foi marcado mais pela injustiça cometida pelos militares e policiais na sua luta contra a esquerda do que pelos crimes cometidos pela esquerda ao país. Isso decorre do amplo desrespeito do regime à cidadania, em geral sob o argumento de que sua forma de combate era a única maneira possível de vencer o inimigo. Este dilema da guerra assimétrica tem sido enfrentado por governos de países diversos em vários locais e situações distintas no mundo desde então.

Aprende-se com o caso brasileiro que na guerra e nas disputas ideológicas há uma ética de combate a ser cultivada. Em última instância, a forma de como se luta contra o inimigo é fator tão decisivo à reputação do combatente quanto as razões que justificam seu embate. Por razões morais, ao primeiro é negado utilizar as táticas de luta do segundo. Tal linha divisória não deve ser nunca cruzada por quem deseja vencer no futuro a luta pelo controle das páginas dos livros de história.

Talvez seja esta falta de nitidez o fator decisivo que explique por que o traço de memória coletiva que agora perdura também na dramaturgia brasileira sobre este

tema incluía mais facilmente os crimes cometidos pelo regime militar do que os praticados por seus inimigos. Passado o tempo é forte o desencanto pós-moderno atual não só com as mentiras e ilegalidades cometidas pelos militares e policiais que defendiam o regime como também com as revoluções políticas em geral. Há agora certa aversão aos discursos salvacionistas e messiânicos. Ao observador contemporâneo, o quixotismo da esquerda brasileira dos anos 1960 era inocente, era simplificador, era panfletário, sob muitos aspectos foi criminoso, era manipulado por um grande aparato de propaganda internacional e foi suicida.

Geralmente as revoluções mobilizadas por tal ardor de sabor religioso acabam mal. Acabam mal porque são arrogantes. O comovente drama brasileiro dos anos 1960, 1970 e 1980 contado nas páginas de VEJA mostra isso: a história é feita por pequenos gestos. E são estes que contam. O que interessa mesmo são as escolhas que os agentes da história fazem em nome das grandes palavras. O assalto a banco, o sequestro e o assassinato político em nome da revolução comunista e a tortura na prisão em nome da liberdade e da democracia são evidências desta contradição entre o que se afirma desejar e o que se faz para obter o que se quer.

Ao final das contas, o traço de memória que resiste ao perigo da morte no esquecimento é este que ensina algo sobre os pequenos grandes atos da história. São estes os que realmente importam às pessoas preocupadas em ensinar os jovens a viver a vida com dignidade. Ou seja, também na dura luta da vida o que vale não é sobreviver a qualquer custo e por qualquer meio. Vale aqui a mesma regra da batalha campal: o que vale para os vivos, o que estes levam em conta em seu recordar, é a reputação construída em vida por seus antepassados.

8 CONCLUSÃO

Os vivos passam uma boa parte de suas vidas falando com os mortos. Socializar as novas gerações significa mostrar de onde viemos e o que nos foi legado no campo da ciência, dos costumes e do pensamento. Navegamos sem cessar no túnel do tempo. Os mortos falam nos livros e nas narrativas de encantamento dos mestres, pais e avós. Estão presentes também nas obras de ficção televisiva, cinematográfica e literária. Os heróis e os eventos da história são recordados nas celebrações familiares, religiosas e cívicas. Desta forma, com tais recursos a sua disposição, os antepassados conseguem comandar em algum grau a vida dos vivos. Tudo o que nos chega do ambiente à consciência é sempre contrastado com este pano de fundo disposto em nossa alma.

Por isso mesmo, o contágio mental dos que já se foram com os que recém nasceram parece ser inevitável. É causado por anos de escolaridade, pela doutrinação

moral e social e pela exposição das novas gerações à herança acumulada pelos que já partiram, mas não pereceram. Os já falecidos assim renascidos passam a viver como fantasmas a nos sussurrar nos ouvidos. São as necessidades da vida dos vivos que mobilizam este mergulho nos fatos já consumados dos falecidos. Nesta jornada descobre-se com alguma facilidade que há também mortos que precisam morrer. Mortos que os vivos com frequência querem olvidar. Quando o patrimônio que lhes é legado é dissonante, lembrar é sofrer. Como alternativa de fuga e sobrevivência o melhor a fazer é esquecer.

Certamente, isso é mais fácil quando a memória torna-se história. A primeira surge da experiência. Não há como fugir destas marcas que ficam gravadas para sempre no corpo e no espírito. Quando são dolorosas em demasia, a vivacidade dos vivos se esvai. Tornam-se mortos-vivos, congelados. Já com a história é outra estória. Nela, a luta é travada entre os que contam em versões distintas as ocorrências dos antepassados. E o que era lúdico e emocional torna-se depois, com o passar do tempo, simplesmente mais uma tarefa escolar.

O que olhar e o que ressaltar do passado dependerá então das necessidades vitais e do que esta memória do passado tem a contar. Como sugerido, o consenso acaba abalado quando predomina neste tipo de narrativa alguma dor voraz que a lembrança daquele tempo acaba por evocar. Nestes casos graves de disputa sobre o significado de heranças malditas, corre-se o grave perigo de fazer perdurar o que para alguns deveria de uma vez por todas acabar.

O trauma humano tem, portanto, também esta dimensão social. Como não há falta de ocorrências dolorosas na história é possível afirmar - o conflito e o mal-estar podem de fato perdurar. A memória constituída, ao influenciar valores, consolidar atitudes e comportamentos pode projetar a tragédia do passado no futuro. Esta perspectiva justifica o esforço que se faz em deter de alguma forma a repetição do infortúnio. É o que usualmente se chama de educação para a paz.

Sob o ponto de vista social entende-se por decorrência por que certas situações da realidade que fogem ao controle de certos grupos representam sofrimento, pois são gatilhos que disparam uma memória vigiada a duras custas. As recordações excitadas se associam de forma indesejada a emoções incontroláveis do presente como se o evento traumatizante estivesse acontecendo novamente. A sensação de pânico e de exaustão logo surge. Ela vem acompanhada também pela ruminação incessante, flashbacks, pesadelos e outras manifestações que resultam da lembrança sufocada e agora desperta. Fica logo evidente a incapacidade do indivíduo forjar um pensamento objetivo e límpido sobre aqueles fatos e as novas ocorrências correlatas.

Além desta reação há, na verdade, várias outras possíveis. Entre elas destaca-se a amnésia, estratégia de fuga usual nas situações em que um valor humano fundamental é desrespeitado. O tema a expor é o argumento de que a memória social traumatizada produz obstáculos à conversação e à paz. Dito de outra forma, as relações do presente são abaladas por “atos mortíferos do passado”.

Entende-se que o que está em jogo é principalmente a reputação dos herdeiros, sucessores de certa linhagem cuja imagem está abalada e cuja estima social eles lutam por resgatar. A história carrega sempre consigo esta dimensão emocional. O traumatismo coletivo transgeracional pode produzir certo tipo de leitura rancorosa dos atos dos antepassados. Tal interpretação visa um acerto de contas com os mortos que atormentam agora os vivos só com o seu recordar. Como as pessoas, os povos e os descendentes marcados por tal sofrimento preferem muitas vezes também calar. A disputa em torno do seu patrimônio histórico converte-se num barril de pólvora prestes a explodir e dilacerar. Uns constroem memoriais. Outros, no outro lado da barricada, fazem de tudo para calar as vozes a atordoar. Elas lhe ferem a alma. Provocam baixa autoestima. A angústia decorrente é avassaladora. É uma espécie de luto patológico que se acumula com o tempo.

Deve-se ressaltar o fato de que o patrimônio ético de certa comunidade acaba se materializando nos artefatos simbólicos concebidos para o nobre fim da recordação e educação. Os museus, as exposições itinerantes, os monumentos, os livros escolares, as celebrações e festas populares, a produção editorial e jornalística, a teledramaturgia, a produção cinematográfica e a ficção literária são alguns meios de expressão através dos quais se afirma e se dissemina certa interpretação destes eventos dolorosos. E é este patrimônio que acaba contestado quando esta luta em torno da memória traumática ganha fôlego. As disputas em torno dos casos ‘clássicos’ das ditaduras latino-americanas, do nazismo, do stalinismo, do maoísmo e do genocídio judeu (shoá) na Segunda Guerra Mundial têm suprido material para este tipo de análise do papel que a memória coletiva exerce no comportamento dos indivíduos e dos povos.

A verdade é que a transmissão da herança social não raro adquire uma faceta doentia, a de fazer a sociedade toda recalcar certa experiência. Ou seja, é possível documentar o esforço que fazem uns para abafar, e outros para revelar a lembrança deste tipo de ocorrência traumatizante. Pode-se avaliar a dor e o sofrimento de uns que querem calar a todos e dos outros que lutam para livrar as vítimas de mais esta violência agora ao seu simples mencionar. Assim, os embates em torno dos costumes, das cerimônias, dos tabus sociais, e de tudo o mais capaz de fazer emergir do esquecimento algum fato do passado documentam certamente estes traumas sociais

que se converteram em foco de tensão transgeracional.

Em suma, afirma-se aqui que é possível documentar a continuidade da vida psíquica entre as gerações. Uma forma é selecionar os eventos dissonantes que produzem cismas na opinião pública. Passado o tempo, o exame do material midiático produzido sobre tais ocorrências nos serve não só para documentar o embate como também para revelar a natureza dos seus efeitos traumáticos na memória coletiva.

O trauma coletivo

Qual é a natureza do trauma social coletivo?

Que fatos marcam os principais traços da memória resiliente?

Por que estes fatos são capazes de se sobrepor aos demais que lutam pela atenção das novas gerações?

O que foi recalçado e silenciado?

Que fantasmas falam aos ouvidos dos vivos?

Que emoções estão em jogo na recordação dos fatos traumáticos?

Que efeito o tempo produziu no exame da ocorrência traumática?

A memória já sofreu desgaste? É possível dizer que o efeito bumerangue já é perceptível?

A memória social

Quem são os atores envolvidos no processamento da memória traumática?

Que necessidades contemporâneas mobilizam a recordação destes fatos do passado?

Que mensagens do passado resistem à morte e à destruição pelo esquecimento e por quê?

Quais são os dilemas existenciais evocados pelas ocorrências traumáticas? Que valores são disputados no embate que as partes travam para fazer valer os traços de memória de sua preferência?

Quais são as estratégias retóricas utilizadas no processamento da memória traumática pelas partes interessadas no seu controle?

O tom do embate midiático é revanchista e ruminante ou visa à acomodação e a pacificação das partes envolvidas na luta pelo controle hegemônico da memória histórica?

No exame que a mídia faz da experiência traumática do passado, o que está sendo desrecalçado?

Através de que canais e com frequência a memória traumática é referida?

O estudo do processamento cognitivo e afetivo que as novas gerações fazem das experiências históricas traumáticas do passado deve por isso mesmo revelar os costumes, os tabus, as cerimônias e os dogmas utilizados pelos grupos remanescentes daquele embate, que tentam de alguma forma controlar a exposição da nova geração à herança.

As perguntas acima apresentadas tentam formular um método de investigação a este tipo de problemática. Elas ajudam a lançar luz sobre os valores que estão em jogo na disputa retórica que perdura no tempo, sobre as razões e o conteúdo do esforço que ainda se faz para sustentar a reputação dos antigos combatentes, sobre a natureza do trauma histórico e da produção simbólica que está sendo produzida com mais

intensidade para dizer às novas gerações qual é afinal de contas a moral da história.

The fight for the control of the traumatic Brazilian memory

ABSTRACT

The main goal of this study is to present the nature of the communicational dispute being held in Brazil by the remaining forces of the political and ideological confront from the 60s. Its specific objective is to show the traces of memory that lasted in time taking into account the press coverage of those days. Memoirs, articles and public debates now hope to influence the interpretation of facts that are displayed in history books. This topic deals with the general theme of social memory processing, mainly in cases where a traumatic and dissonant event is involved. Two types of surveys are made. The first includes the editorial and the cinematographic productions about this subject along different periods of time. The second describes VEJA magazine narrative of those same events from 09/25/1968 to 10/13/1993. This study shows that it is possible to describe the continuance of psychic life between generations.

Keywords: Collective memory. Brazilian dictatorship. Pursuit of history

La lucha por el control de la memoria traumática brasilera.

RESUMEN

Resumen: El objetivo de este estudio es analizar la naturaleza del choque de comunicación que se está llevando a cabo en Brasil por las fuerzas restantes de la confrontación política e ideológica de los años 60. Su objetivo específico es el de verificar la naturaleza de la memoria que han sobrevivido desde entonces teniendo en cuenta la narración periodística de época. Libros de memoria, artículos y debates públicos desean ahora influir en la interpretación de los hechos descritos en los asépticos libros de historia. El tema aborda la comprensión del fenómeno más amplio de la construcción de la memoria colectiva, especialmente en los casos en que el acontecimiento histórico es disonante y traumático. Para este objetivo se realizan dos tipos de encuestas. La primera se refiere al examen cuantitativo de la producción editorial y el cine que se ocupa de esta cuestión a través del tiempo. La segunda describe el relato producido por la revista Veja en su cobertura de eventos en el período comprendido entre el 09/25/1968 hasta 10/13/1993. Este estudio demuestra que es posible documentar la continuidad de la vida psíquica entre generaciones

Palabras claves: La memoria traumática. Vestigio de memoria.

La dictadura militar.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alvez de. A imprensa e a queda do governo de João Goulart. In: BRAGANÇA, Aníbal; MOREIRA, Sonia Virginia (org.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: Intercom, 2005 (11-21).

CUNHA, João Manuel dos Santos. A Intermitência da Memória: Transcontextualização em “O Corpo”, de Clarice Lispector. **Contextos Históricos e Produção Literária**. n.12, 2008.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, 2004 (29-60).

ITO, Mamoru. Television and Violence in the Economy of Memory. **International Journal of Japanese Sociology**, n. 11, p. 19, 2002 (19-34).

POOLE, Ross. Memory, history and the claims of the past. **Memory Studies**. v. 1, n. 2, may 2008, p. 149-166.

¹Ver www.averdadesufocada.com.

²Folha de S. Paulo, 28 nov. 2006, p. A3.

² www.fortalweb.com.br

³ A amostra inclui as seguintes edições: 25/09/68; 2/10/68; 9/10/68; 16/10/68; 23/10/68; 20/11/68; 4/12/68; 18/12/68; 13/08/69; 10/09/69; 17/09/69; 29/10/69; 03/12/69; 10/12/69; 24/12/69; 01/04/70; 15/04/70; 03/06/70; 22/09/71; 05/04/72; 23/01/74; 20/03/74; 20/07/97; 01/03/78; 13/09/78; 13/09/78; 01/11/78; 13/12/78; 21/03/79; 27/0

Recebido em: 27/11/2009

Aceito em: 21/05/2010